



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VII (2006)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Farmacopéia e drogas medicinais no mundo luso-brasileiro setecentista

Daniela Buono Calainho 

Como Citar | How to Cite

Calainho, Daniela Buono. 2006. «Farmacopéia e drogas medicinais no mundo luso-brasileiro setecentista». *Anais de História de Além-Mar* VII: 213-229. <https://doi.org/10.57759/aham2006.37723>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2006. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2006. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

FARMACOPÉIA E DROGAS MEDICINAIS NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO SETECENTISTA

por

DANIELA BUONO CALAINHO *

A expansão portuguesa e as novas drogas coloniais

O esplendor do Renascimento na Europa desdobrou-se num movimento que poderíamos chamar de «renascimento farmacológico». Desde fins do século XV, a redescoberta da botânica e da classificação das plantas se impôs, com a grande difusão dos herbários, publicações que tratavam dos três domínios naturais: o vegetal, o animal e o mineral, reunindo os conhecimentos herdados da Antiguidade clássica e da Idade Média. Foram obras que espelharam o nascimento de duas ciências que no século XVI se interpenetraram, a botânica e a farmácia, que por sua vez também imprimiram sua marca na história da medicina.

O desvendamento do mundo natural no século XVI foi estimulado pela redescoberta dos autores greco-romanos que escreveram sobre o tema, como Aristóteles, Teofrasto, Galeno, mas especialmente Dioscórides e Plínio, ambos reeditados e comentados por vários autores, sobretudo os italianos¹. O herborismo renascentista também ganhou da Alemanha grandes contribuições. Em Portugal, o destaque coube ao médico Amato Lusitano, ou João Rodrigues Castelo Branco (1511-1568), pioneiro na observação da botânica peninsular, que se consagrou pela *Dioscorides Anazarbei*, de 1553. Este livro, ricamente ilustrado, estuda a flora portuguesa, os minerais e os animais exóticos, tendo grande influência nas futuras obras de botânica².

A expansão marítima portuguesa propiciou o descortinar de um mundo novo que se abriu aos olhos dos europeus. Desbravando oceanos, a descoberta de uma nova geografia mostrou ao Velho Mundo lugares até então

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Henrique Carneiro, *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*, São Paulo, Xamã, 2002, p. 24.

² Luis de Pina, *As ciências na história do Império colonial português. (Séculos XV a XIX)*, Porto, Imprensa portuguesa, 1945, p. 51.

desconhecidos, ou mal conhecidos, como a África, o Oriente e a América, inaugurando uma nova fase da vida européia. Esta expansão cosmográfica impunha pouco a pouco uma necessidade de classificação do mundo conhecido, tanto das suas gentes como de sua natureza ³.

A exuberância da flora e da fauna colonial ofereceram um sem número de produtos que contribuíram para a história da botânica, da zoologia e da farmácia na Europa. Cruzando o Atlântico, caminhando pela costa ocidental da África, chegando ao oceano Índico, desembarcando no Brasil, cronistas, viajantes, clérigos e funcionários da coroa portuguesa registraram informações preciosas acerca da natureza deste novo mundo, enriquecendo sobremaneira a farmacopéia e a botânica européia ao longo do tempo.

O poder econômico do comércio de drogas e especiarias estimulou, a partir do século XVI, um novo tipo de consumo alimentício, farmacológico, olfativo e sensorial, caracterizando uma nova dimensão de interligação entre a Europa e as terras recém-descobertas e exploradas. Portugal lançou-se a estas riquezas abarrotando seus navios: pimenta da Índia, canela do Ceilão, cravo das Molucas, noz-moscada, ópio, cravo, gengibre, tabaco, açúcar, café, chá, chocolate, variadas plantas terapêuticas, etc. ⁴. Ao impacto mercantil destas riquezas, seguiu-se um impacto nos sentidos, vistas assim como «fetiche sensoriais» pela diversidade de cheiros, cores, sabores e efeitos alucinógenos e afrodisíacos que muitos destes artigos propiciaram ⁵.

O saber botânico no século XVI recebeu contributos enormes com a atuação dos espanhóis Francisco Hernandez e Nicolas Monardes, do moçambicano Cristóvão da Costa e ainda dos portugueses Tomé Pires e Garcia da Orta. Boticário régio, Tomé Pires foi para a Índia em 1511, onde atuou como feitor e vedor das drogas e escreveu a *Suma Oriental*, texto pioneiro na descrição do Oriente. Em 1516, na cidade de Cochim, informou numa carta ao rei D.Manuel a origem e as características de várias drogas asiáticas, o que o levou a ser escolhido para chefiar uma embaixada à China neste mesmo ano, onde morreu em 1540.

Mas a obra mais importante para o conhecimento da botânica e das drogas do Oriente foi o *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, escrito pelo afamado médico Garcia da Orta, publicado em 1563 na cidade de Goa. Cristão-novo, descendente de judeus expulsos da Espanha, nasceu em 1500, e com cerca de 23 anos terminou seus estudos de medicina em Salamanca e Alcalá de Henares, em Castela. Alguns anos depois,

³ Luiz Felipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento – novas formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

⁴ Fábio Pestana Ramos, *No tempo das especiarias. O império da pimenta e do açúcar*, Rio de Janeiro, Contexto, 2004.

⁵ «O alvorecer do século XVI encontra nessas substâncias o símbolo fetichístico de uma ambição crescente que envolverá todo o mundo num único e voraz sistema comercial». Henrique Carneiro, *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno*, São Paulo, Xamã, p. 52.

ingressou como professor de Lógica na Universidade de Coimbra, procurando sempre instigar em seus alunos o espírito crítico e o gosto pelos desafios do conhecimento. Inquieto, ávido por vivenciar de perto o que escutava dos relatos de viajantes sobre outros mundos, plantas e novas gentes, abandonou a carreira universitária e partiu para a Índia em 1534, temeroso também das perseguições religiosas inquisitoriais enquanto cristão-novo que era. Acompanhou Martim Afonso de Souza, à época nomeado Vice-Rei em Goa, atuando nesta cidade como médico até seu falecimento em 1570. Orta viu-se em meio a um turbilhão de novas informações, de culturas distintas, de religiões até então desconhecidas. Deparou-se com o comércio tradicional das especiarias e partilhou do processo de enraizamento português no Oriente. Sua profissão fê-lo conhecer médicos árabes e hindus, lidar com moléstias completamente desconhecidas em Portugal e ainda participar da primeira autópsia realizada em Goa, feita a uma pessoa vitimada por uma epidemia de cólera em 1543. Mais uma vez mudaria sua vida de rumo, trocando seus doentes pela observação e estudos de uma desconhecida matéria médica: plantas medicinais e comestíveis, resinas, secreções de animais, minérios.

Grande estudioso que era, iniciou uma plantação de ervas medicinais, entrou no comércio de drogas e saiu em viagens pelas possessões portuguesas na região buscando informações sobre plantas, doenças, remédios, e comparando-os aos conhecimentos tradicionais que trazia da Europa. Foi assim que surgiram os *Colóquios*, escritos em forma de um diálogo fictício entre Ruano, médico espanhol recém-chegado da Península, e o próprio Orta. A obra foi uma sistematização de anos de observação empírica do que era o Oriente, dividindo-se em 57 partes, com estudos de drogas orientais, sobretudo as de origem vegetal, como o aloés, benjoim, cânfora, ópio, ruibarbo, dentre outras. Seu autor dedicou-se à análise de propriedades terapêuticas, origem e característica de muitos fármacos orientais, tendo sido o primeiro europeu a realizar tal feito, rompendo com o tradicionalismo dos textos clássicos. Esta obra fundamental de Garcia da Orta, escrita originalmente em português, ganhou traduções em várias línguas, sendo a primeira o latim, da responsabilidade do botânico francês Charles de L'Escluze, ou Clúsio, publicada em Antuérpia em 1567. Sua difusão e procura pela Europa foi grande, tornando-se uma referência internacional, contando com outras edições revistas e ampliadas e influenciando outras publicações⁶. Uma delas foi de autoria do médico português Cristóvão da Costa, o *Tractado de las drogas y medicinas de las Índias Orientales*, publicado em Burgos, na Espanha, no ano de 1578. Costa conhecera Garcia da Orta na Índia, em 1559, tendo escrito sua obra com base na do colega de ofício.

⁶ Francisco Moreno de Carvalho, «Garcia (Avraham) da Orta. Médico e naturalista do século XVI». In http://www.vidaslusofonas.pt/garcia_da_orta.htm

O conhecimento da América também levou a grandes transformações no saber acerca do mundo natural. O Brasil foi objeto dos mais notáveis relatos, a exemplo de estrangeiros como Hans Staden, em 1557, e André Thevet, em *Lez singularitez de la France Antarctique*, de 1558, que para além de descreverem os costumes ameríndios, dedicaram-se também à descrição de algumas plantas que aqui encontraram. No entanto, relato bem mais rico foi o escrito por Gabriel Soares de Souza em 1587, o *Tratado descritivo do Brasil*. Aportando em Salvador, na Bahia, em 1569, se tornou grande senhor de engenho, descrevendo a geografia e a flora da região do Recôncavo baiano, os costumes dos indígenas e as plantas medicinais utilizadas por eles.

Mas os escritos de letrados leigos sobre o Brasil no século XVI foram poucos, cabendo aos religiosos da Companhia de Jesus uma produção literária muito maior, sob a forma de crônicas, tratados e de variada correspondência, que trocavam entre si e os Provinciais da Companhia⁷. Estabelecidos em Portugal, coube aos jesuítas uma tarefa missionária e educacional árdua em seus domínios ultramarinos, mas atuaram também na cura de doenças e epidemias, fundando hospitais, estudando as plantas curativas das regiões em que se estabeleceram e mantendo eficientes boticas e enfermarias em seus colégios na Europa, África, Oriente e Brasil. Merecem destaque as boticas dos colégios jesuíticos no Oriente, especialmente em Goa e em Macau, bem como os missionários que para lá se dirigiram, hábeis nas artes médicas, e com o decorrer do tempo, grandes conhecedores das drogas medicinais dessas regiões⁸.

No Brasil, Fernão Cardim, José de Anchieta, Manoel da Nóbrega foram pródigos em descrições da natureza exuberante com que se depararam no cotidiano de sua missão catequética. Cardim, por exemplo, descreveu as propriedades curativas de várias espécies de plantas e árvores medicinais em seu livro *Tratados da terra e gente do Brasil*, escrito entre 1583 e 1601, quando desempenhou o cargo de secretário do padre visitador Cristóvão de Gouveia⁹.

As boticas dos colégios jesuíticos foram inigualáveis em qualquer parte onde os padres se estivessem estabelecidos. Os medicamentos vinham de Portugal, mas a pouca frequência de chegada dos navios e as eventuais perdas por deteriorização nas embarcações e nos portos obrigou-os, ao longo do tempo, a voltarem-se para os recursos naturais oferecidos pela terra, ajudados pelos conhecimentos dos indígenas, de importância fundamental para a aquisição destes saberes. Muitos daqueles que se aventuraram a

⁷ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, 10 volumes.

⁸ Serafim Leite, *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)*, Lisboa, Typografia do Porto, 1956, p. 7.

⁹ Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

descrever e tentar decifrar as plantas e ervas medicinais, fossem leigos ou religiosos, como os jesuítas, tiveram de lidar com «a natureza bruta» do indígena, nas palavras de Nóbrega, que com seus ritos religiosos, protagonizados pelos pajés, foram demonizados em suas práticas curativas. Heréticas, pagãs, eram vistas de modo deletério pelos colonizadores.

Os jesuítas foram exímios observadores da fauna e da flora brasileira, identificando variadas espécies e cultivando aquelas de efeitos curativos. Estudavam seu modo de ação para os inúmeros males que assolaram a população colonial, elaborando fórmulas e receitas, organizadas metodicamente com nome do colégio onde eram criadas, com referência ao autor, ingredientes utilizados, pesos e finalidade. Destacou-se a célebre *Triaga Brasília*, composta de dezenas de ervas, plantas, raízes, gomas, sais minerais e óleos, destinada a curar qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos, além de outras variadas enfermidades. De largo consumo no Brasil e na Europa, vendida a altos preços, foi elaborada no Colégio da Bahia e gerou recursos consideráveis para esta instituição.

Os inicianos também levaram para a Europa o conhecimento das virtudes terapêuticas de variadas plantas encontradas na América, a exemplo da **quina**, conhecida como «mezinha dos padres da Companhia de Jesus», e ainda a **ipecacuanha**, cujas virtudes foram divulgadas em 1625 por um manuscrito de autoria do Pe. Fernão Cardim.

As descrições e a difusão de informações sobre as plantas do Novo Mundo prosseguiram em seiscentos, no mesmo espírito do século anterior, explicitando seus caracteres externos e suas virtudes, muitas vezes ancoradas no uso que delas faziam os índios e na forma como as denominavam. Citemos o notável Guilherme de Piso, que em 1633 aportou em Pernambuco, no tempo do domínio holandês. Contratado pela Companhia das Índias Ocidentais como médico do conde de Nassau, aproveitou a ocasião para dedicar-se a estudos que resultaram nos primeiros escritos de sua *História Naturalis Brasiliae*, publicada em 1648 ¹⁰. Entusiasta das plantas brasileiras, dizia que

«com estas especiarias gratíssimas, tanto no aspecto como na forma, apresenta aos atuais e futuros habitantes de todo o enorme planeta novas fontes de boa saúde corporal e lisonjeira disposição dos sentidos, para a defesa da vida, e ainda caso tal se possa dizer, para prorrogar a fatal e irrevogável duração da existência» ¹¹.

Sua formação médica permitiu que testasse e comprovasse o efeito terapêutico de várias plantas utilizadas pelos indígenas, indo além da mera

¹⁰ Lourival Ribeiro, *Medicina no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1971, pp. 91-92.

¹¹ Guilherme de Piso, *História natural do Brasil ilustrada*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948.

descrição do que via. O trabalho de Piso pode ser considerado como o primeiro relato a dar conta efetivamente da história natural do Brasil, alicerçado nas indicações fundamentais dos índios e de sua medicina, a exemplo da busca, preparo e aplicação dos poderosos antídotos contra os venenos¹². Como diria Keith Thomas, foi inequívoca a importância das novas drogas originárias da América e do Oriente, sobretudo a partir de inícios do século XVII, tornando-se os médicos quase que indiferentes às ervas medicinais locais¹³.

No Brasil, nos dois primeiros séculos de colonização, predominaram as boticas conventuais, principalmente as dos colégios jesuítas da colônia, não havendo licenciados leigos em número razoável capazes de exercer esta atividade profissional. Os boticários, em sua maioria, vinham de Portugal formados e com suas boticas, suprindo-as por contatos estabelecidos com antigos colegas, mestres de ofício e comerciantes. Segundo as pesquisas de Vera Beltrão, a maioria destes boticários leigos nos séculos XVI e XVII eram cristãos-novos, fugidos do Tribunal do Santo Ofício, e atuavam também em outras atividades, atendimento clínico, realizações de curativos, sangrias, etc., denotando a ambigüidade da profissão nos primeiros séculos¹⁴. Os remédios encontrados nas boticas eram de origem vegetal, animal e mineral, e apenas no final do século XVIII é que os químicos oriundos da Europa tiveram lugar nas lojas.

Drogas do Brasil em terras portuguesas: século XVIII

A história da farmacopéia e das drogas no mundo luso-brasileiro encontrou, no século XVIII, um momento especial, com o século XVIII e a Ilustração. Fruto de uma série de processos que marcou a Europa nos tempos modernos, tendo como marco político a Revolução Francesa, o Iluminismo propiciou uma nova dinâmica no relacionamento do homem com a natureza, a sociedade e a política, inspirada pelo poder e pelo exercício contínuo da *Razão*. Celebrado pelos escritos clássicos de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, entre outros, este «movimento de idéias», assim caracterizado pelo filósofo alemão E. Cassirer, cujo centro foi a França setecentista, voltava-se contra o predomínio das tradições religiosas, dos dogmas e da fé como inspiradores do espírito humano, ao mesmo tempo que promoveu uma profunda modificação dos valores até então vigentes¹⁵. A *Razão* era uma «energia», cujo exercício e ação era da maior importância, resultando em obras como

¹² Vera B. Marques, *Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista*, Campinas, Centro de Memória, pp. 57 e 66.

¹³ Keith Thomas, *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1983, p. 101.

¹⁴ Vera B. Marques, *Natureza em boiões...cit.*, p. 174.

¹⁵ Ernest Cassirer, *A filosofia do Iluminismo*, Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

a *Enciclopédia ou Dicionário racionado das ciências, das artes e dos ofícios, por uma sociedade de homens de letras*, de autoria dos famosos Diderot e D'Alembert e publicada entre 1751 e 1780.

Mas voltemos-nos para o contexto ibérico, onde transita a proposta deste artigo. Em seu clássico *A época pombalina*, Francisco Falcon elabora consistente análise acerca da Ilustração em Portugal. Apesar do vanguardismo que marcou a Península nos inícios do Iluminismo, levando Portugal à centralização monárquica, no plano das idéias e nas formas de pensamento pouquíssimas alterações tiveram lugar. As sociedades ibéricas eram «um mundo no qual quase tudo aquilo que marcou a transformação social e mental da Europa transpirenaica simplesmente não ocorreu ou, então, foi bloqueado, suprimido, ao ensaiar os primeiros passos»¹⁶. A força das tradições, a perspectiva teológica predominante nos meios acadêmicos, a influência da Igreja e suas instituições moldaram as manifestações artísticas e intelectuais e expressaram fielmente a rejeição ao racionalismo moderno. O «Reino Cadaveroso», de que falou Antônio Sérgio, foi marcado pelo «provincianismo cultural e político, pelo império da escolástica e pelo terrorismo inquisitorial»¹⁷.

No âmbito da Ciência, e particularmente na área da medicina, o século das Luzes em Portugal contrapôs-se a núcleos já consagrados de ensino, como a Escola de Montpellier, na França, para onde afluíram vários estudantes portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades, muitos de origem judaica que fugiam da Inquisição. Montpellier consagrou-se, como tal, por sua tolerância religiosa, e pela diversidade de livros e obras raras existentes, bem como pelos afamados os professores¹⁸. Os chamados «estrangeirados», grupo de ferrenhos críticos do atraso de Portugal, como Alexandre Gusmão, D. Luís da Cunha, Ribeiro Sanches, Luis Antônio Verney e outros, abordaram, nos seus mais variados aspectos, o grau de defasagem e tradicionalismo da medicina portuguesa¹⁹. A botânica, os fenômenos químicos, os estudos anatômicos ainda não tinham nenhum vigor. Enquanto na França se publicava em 1750 o primeiro livro da *Encyclopédie*, e quando, em 1735, o botânico sueco Lineu organizava seu sistema classificatório das plantas, no reino luso preponderava uma medicina escolástica, supersticiosa e de tradição aristotelico-galênica. Exemplo disso foi a resistência à introdução de medicamentos químicos, que ganhou cores mais vivas com o suposto caráter herético da Química por ser originária de regiões influenciadas pela

¹⁶ Francisco J. Calazans Falcon, *A época pombalina. Política econômica e a monarquia ilustrada*, São Paulo, Ática, 1982, p. 149.

¹⁷ *Idem*, p. 202.

¹⁸ Bella Herson, *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*, São Paulo, EDUSP, 1996, p. 227.

¹⁹ Francisco J. Calazans Falcon, *A época pombalina...* cit., pp. 319-323.

Reforma e ainda pelas suas semelhanças com a alquimia, identificada com a feitiçaria ²⁰.

Este imenso abismo em relação à Europa Centro-Occidental, no entanto, começou a ser lentamente superado, ganhando significado especial a partir da segunda metade do século XVIII, sob a tutela do então Secretário de Estado de Guerra e dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e 1.º marquês de Pombal, nomeado em 1750 pelo monarca D. José I. A influência da política pombalina foi decisiva, implicando mudanças de caráter económico, administrativo, burocrático e legal, que procuraram ao mesmo tempo reforçar o poder do Estado absolutista e modernizar as estruturas tradicionais portuguesas ²¹.

Em 1772, a Universidade de Coimbra iniciava um processo de remodelamento de seu ensino a partir de teorias científicas há muito conhecidas no resto da Europa. E também a arte de preparar remédios foi normatizada com as reformas pombalinas que renovaram esta instituição, encarregada de elaborar a primeira farmacopéia oficial do Reino por alvará de D. Maria I, datado de 1794. A farmacopéia era um guia prático de composição de fórmulas medicinais, com as qualidades, especificações e quantidades dos medicamentos que iam orientar boticários e outros preparadores de remédios. Foi obrigatório seu uso por todos os estabelecimentos de botica, servindo de modelo na instrução, exame e inspeção dos boticários, e por todos os médicos e cirurgiões, que não podiam receitar nenhuma composição que lá não estivesse arrolada. De autoria de Francisco Tavares, médico da Rainha, nomeado físico-mor em 1799, *A Farmacopéia geral para o Reino e Domínios de Portugal* compunha-se de dois volumes: o primeiro, denominado *Elementos de farmácia*, e o segundo, *Medicamentos simples, preparados e compostos*, mencionam a jalapa, a erva-santa, a ipecacuanha, o cacau, de entre outras ervas e raízes oriundas do Brasil ²². A análise pormenorizada desta documentação permitiu vislumbrar que tipo de fórmula e quais os componentes considerados legítimos para regular o fabrico e uso dos medicamentos. Proibiu-se, a partir de então, a utilização de outros formulários e compêndios que proliferavam desde o início dos setecentos, tanto nacionais como estrangeiros.

A publicação das farmacopéias em língua portuguesa foi um importante instrumento de difusão dos fármacos oriundos das colónias do Império português. Embora só em 1794, como se mencionou, se tenha publicado a primeira farmacopéia oficial do Reino, importa constatar quem, desde o início dos setecentos, este era um importante instrumento de trabalho utili-

²⁰ José Pedro Felripa de Souza Dias, *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*, Tese de doutoramento defendida na Universidade de Lisboa, 1991, p. 407.

²¹ Sobre a prática ilustrada de Pombal, cf. Francisco J. Calazans Falcon, *A época pombalina...* cit., p. 369-482.

²² J. P. Sousa Dias, «De Pombal ao Estado Novo: A farmacopéia portuguesa e a História (1772-1935)». *Medicamento, História e Sociedade*, 6, 1995, pp. 1-8.

zado em Portugal por médicos e boticários. Assim, de autoria de D. Caetano de Santo Antônio, boticário agostiniano do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, foi publicada em 1704 uma primeira obra, a *Farmacopéia lusitana*, que conheceu reedições em 1711, 1725 e 1754. Nela se fazem referências a grande número de plantas oriundas do Brasil. O importante droguista francês e físico mor de D. João V, João Vigier, de quem falaremos adiante, publicou alguns trabalhos onde a flora e fauna brasileira aparecem com ingredientes curativos de importância relevante em várias composições: citemos a *Farmacopéia ulissiponense, galênica e química*, de 1716; o *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas e partes de animais do Brasil e das mais partes da América ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século, tiradas de Guilher me Piso, Monardes, Clusio, Acosta e de outros* e ainda a *História das plantas da Europa e das mais usadas que vêm da Ásia, da África e da América*, de 1718. Do mesmo modo, o boticário Manuel Rodrigues Coelho, na sua *Farmacopéia tubalense químico-galênica*, editada em 1751, difundiu enormemente espécimes do Brasil e seus efeitos curativos, como raiz de cipó, salsaparrilha, jaborandi, raiz de mil homens, etc.

Das farmacopéias escritas por médicos portugueses em uso na Europa, citemos Jacob de Castro Sarmento, que em Londres publicou em 1749, em latim, a *Pharmacopoeia contracta*, onde fazia referência ao vinho de ipecacuanha²³. A importância destes compêndios (e de outros que não citamos) para a difusão e circulação das plantas medicinais americanas no reino e no ultramar foi enorme, abrindo horizontes cada vez mais amplos para as benesses curativas do mundo colonial.

Em finais de setecentos, com o avanço do saber médico e botânico e com a publicação da primeira farmacopéia oficial, intensificaram as experiências científicas neste domínio, havendo estímulo e fomento ao envio de espécies da flora brasileira para Portugal, a pedido do próprio marquês de Pombal²⁴. A exploração colonial adquiria uma nova dimensão, enriquecendo Portugal com a diversidade vegetal que o Brasil poderia oferecer em benefício da farmacologia.

Fundada em 1780, nos moldes das demais academias européias existentes desde o século anterior, a Academia Real de Ciências de Lisboa produziu um folheto destinado aos investigadores do Reino e colônias com instruções para recolherem e enviarem produtos e notícias dos mais diferentes pontos do Império com vista à formação de um museu nacional. Estas instruções explicavam o melhor meio de colher, embalar e enviar espécimes animais, vegetais e mineralógicos para Lisboa com o intuito de expô-los no Gabinete de História Natural²⁵.

²³ Vera B. Marques, *Natureza em boiões...cit.*, pp. 71-76.

²⁴ Maria Odila Leite da Silva Dias, Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, s/d, p. 113.

²⁵ Vera B. Marques, *Natureza em boiões...cit.*, p. 113.

No cumprimento das ordens emanadas pelo Estado português, os naturalistas de setecentos, para além das tradicionais descrições dos primeiros colonizadores e viajantes, também contaram com o auxílio dos saberes dos indígenas na elaboração das listagens e caixas a serem enviadas para Lisboa. O envio de plantas para Portugal começou a fazer-se de modo relativamente sistemático desde nos anos 60, quando chegou de Pádua (Itália), Domenico Vandelli, contratado para integrar a reforma educacional depois da expulsão dos jesuítas, começando assim a ganhar fôlego os estudos de botânica. O Jardim Botânico da Ajuda, fundado em 1768, e depois o Jardim da Universidade de Coimbra, de 1773, ganharam diversas espécies do Brasil, enviadas por várias entidades públicas e privadas, como os governadores das capitais que receberam instruções cabais neste sentido.

É neste contexto que o marquês de Pombal apoiou a fundação da Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro, criada em 1772. Discutindo dissertações, recebendo novidades do exterior, os académicos deste organismo buscavam constante atualização. Um de seus fundadores, José Henriques Ferreira, foi pródigo em anunciar as riquezas do Brasil que podiam ser úteis à medicina e ao comércio. Congrassou-se com Ribeiro Sanches, mantendo correspondência e lamentando o atraso português no desenvolvimento da história natural, criticando o fato de que muitos produtos nacionais não tinham ainda sido aproveitados comercialmente.

A partir da segunda metade do século XVIII, portanto, Portugal começou a implementar uma estratégia semelhante aos outros impérios ultramarinos da França e Inglaterra, constituindo pouco a pouco uma efetiva exploração da natureza colonial e uma rede de troca de informações de textos científicos a partir de viajantes, funcionários da administração e letrados²⁶. Neste contexto é que entendemos as missões científicas, como a de Alexandre Rodrigues Ferreira, que chegando ao Brasil em 1783 para explorar o Norte do território, enviou a Portugal vários exemplares de plantas e animais. Seus escritos e desenhos foram fruto de arguta observação sobre o clima da Amazônia, a geografia, os animais e espécimes vegetais. Comentou também obras de autores nacionais e estrangeiros sobre os temas da medicina e história natural, evidenciando um arsenal de conhecimento adquirido pela leitura de bibliografia estrangeira que contribuiu sobremaneira para engrandecer sua contribuição científica²⁷.

Outro núcleo documental interessante, onde também podemos vislumbrar a circulação dos saberes farmacológicos coloniais, são os diversos tratados médicos sobre como preservar a saúde, sobre várias doenças que vitimaram a população e sobre as respectivas práticas curativas para estes

²⁶ Lorelai B. Kury, Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, ciências, saúde – manguinhos*, vol. 11: 109-29, 2004., p. 111-112.

²⁷ *Idem*, p. 122.

males. Em muitos deles é flagrante um aspecto que marcou, de um modo geral, a medicina em Portugal e o uso de fármacos na maior parte do século XVIII, como viemos enfatizando: o tradicionalismo de teorias científicas já ultrapassadas, a presença de crenças mágico-religiosas, o embricamento do conhecimento médico ao mundo sobrenatural²⁸.

As obras do afamado médico português Curvo Semedo, escritas na primeira metade do XVIII, divulgaram amplamente a farmacopéia brasileira, como o *Memorial de vários simples que da Índia Oriental, da América e de outras partes vêm ao nosso reino*²⁹. Citemos ainda a *Poliantéia medicinal*, de 1695, as *Observações médicas e doutriniais de cem casos gravíssimos*, de 1707, e ainda a *Atalaia da vida contra as hostilidades da morte*, de 1720, que influenciaram trabalhos vários de colegas de ofício e letrados, tendo grande circulação no Império. Fazendo largo uso de tradições populares, orações, superstições e magia, juntamente com o conhecimento médico que possuía, divulgou receitas e procedimentos curativos que o tornaram bastante conhecido, como o uso de «palmilha de meia bem suada e fedorenta» para as dores de garganta³⁰. Os remédios curvianos estiveram presentes nas boticas coloniais e ainda nas celeberrimas farmácias jesuíticas, indicados nas coleções de receitas³¹.

Semedo contribuiu bastante, em Portugal, para a divulgação dos medicamentos químicos num contexto de resistência ao uso de técnicas químicas na prática farmacêutica, preferindo os boticários adquirir os remédios já processados de laboratórios ingleses e franceses, uma vez que consideravam que as boticas não tinham instalações nem equipamentos adequados para tal³². Também este médico foi grande exemplo de autores dos chamados remédios secretos, ou seja, de fórmulas não divulgadas, muito em voga desde o início do século. A publicidade para venda destes medicamentos foi grande em jornais como a *Gazeta de Lisboa*, onde junto ao remédio, estavam explicitadas as doenças que curavam, a dose para o uso e a dieta que devia acompanhar a administração, constituindo-se como que uma fórmula para auto-medicação.. Diferenciavam-se das fórmulas dos boticários, que eram pessoais, receitadas por um cirurgião, Enquanto que o primeiro tipo de medicamentos era de longa duração devido à sua compo-

²⁸ Márcia Moisés Ribeiro, *A ciência nos Trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*, São Paulo, Hucitec, p. 138.

²⁹ Curvo Semedo, *Memorial de vários simples que da Índia Oriental, da América e de outras partes vêm ao nosso reino*, Lisboa Ocidental, Oficina de Antônio Pedroso Galvan, 1927.

³⁰ Curvo Semedo, *Observações médicas e doutriniais de cem casos gravíssimos*, p. 198. Cit. Por Maria Cristina Cortez Wissenbach, «Gomes Ferreira e os simplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colônia». In Júnia Furtado (org), *Erário Mineral Luís Gomes Ferreira*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2002, p. 129.

³¹ Serafim Leite, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*, Lisboa/Rio de Janeiro, Edições Brotéria/Livros de Portugal, 1953.

³² J. P. Sousa Dias, *Inovação técnica.. cit.*, p. 408.

sição química, estes eram, em regra, facilmente degradáveis pelo uso de substâncias naturais vegetais ³³.

Os trabalhos de Curvo Semedo tiveram grande influência, por exemplo na obra do cirurgião Luis Gomes Ferreira. Português de origem, desembarcou na Bahia em 1707, mas logo rumou para a região das Minas Gerais, onde permaneceu vinte anos. Em 1733 retornou ao Reino, e dois anos depois publicou o famoso *Erário mineral dividido em doze tratados* que, segundo alguns autores, pode ser considerado um dos melhores documentos sobre a patologia e a terapêutica do Brasil colonial pela riqueza das observações a respeito das doenças reinantes na capitania de Minas Gerais e pelas inovações terapêuticas que introduziu ³⁴. Vale lembrar que nos finais do século XVII e primeira metade do XVIII, ou seja, no ápice da produção de ouro, foi razoável a produção literária sobre a saúde da população colonial, particularmente do Nordeste açucareiro e das Minas ³⁵.

Gomes Ferreira é excelente exemplo da diversidade cultural que marcou a medicina luso-brasileira, mesclada de algum espírito científico, influências europeias populares, crenças mágico-religiosas dos grupos étnicos e sociais que aqui se estabeleceram. O cirurgião, em suas fórmulas, usou à farta a impressionante terapia à base de cadáveres, excrementos, secreções humanas e animais e elementos liberados pelos corpos em decomposição, terapêutica que ganhou espaço importante na literatura médica europeia entre os séculos XVI e XVIII ³⁶. Por exemplo, uma mão de defunto quente era ótimo remédio para remover manchas de pele e sinais; e para calvície o tratamento ideal era o óleo de cadáveres de homens mortos de forma violenta. O diagnóstico das doenças, subordinado evidentemente a uma medicina clínica de observações de sintomas e às influências de poderes sobrenaturais traduzidos por feitiços e malefícios, teve em Gomes Ferreira um reflexo do que se seguia, de um modo geral, em Portugal nesta matéria.

A tênue fronteira entre magia e ciência, entre os fenômenos físicos, químicos e espirituais introduziu uma terapêutica voltada também para curas por contato de amuletos protetores de variadas espécies: trazer junto a si o âmbar preso ao pescoço contornaria a insônia; as presas de animais evitariam dores de dente; os cascavéis de cobras debaixo do braço preveniam a gota, etc. ³⁷.

Do mesmo modo, e revelando uma influência dos indígenas sul-americanos, Gomes Ferreira incluiu a fauna colonial em seu receituário – partes inteiras de animais, gorduras, ossos, excrementos: unhas de tamanduá,

³³ Sobre remédios secretos curvianos, ver *Idem*, pp. 346-348.

³⁴ Lycurgo Santos Filho, *Medicina colonial...cit.*, p. 157.

³⁵ Márcia Moisés Ribeiro, *A ciência nos Trópicos...cit.*, p. 11.

³⁶ Henrique Soares Carneiro, *Afrodisíacos e alucinógenos nos herbários modernos: a história moral da botânica e da farmácia (XVI ao XVIII)*, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1997, p. 272.

³⁷ Maria Cristina C. Wissenbach, «Gomes Ferreira e os símplies...cit., p. 131.

carne torrada de sapo preto, dentes de onça, banha de jacaré. É que a conjuntura em que o cirurgião chegou às Minas, onde havia poucos profissionais, doenças desconhecidas e nenhuma botica, fê-lo se adaptar à realidade local na formulação de seus medicamentos. O *Erário Mineral* regista as patologias que assolaram a sociedade mineira no contexto da exploração do ouro e da grande presença dos escravos, alvo constante da ação de Gomes Ferreira devido às más condições de trabalho, alimentação, habitação e higiene precárias, expostos ao contágio de moléstias várias. Gomes Ferreira conseguiu detectar em Minas doenças específicas de certas etnias e outras gerais, como o máculo ou «mal do bicho» (inflamação do reto) e o mal de Luanda ou escorbuto, de grande incidência nos africanos recém-chegados ³⁸.

O desafio posto pela existência de mazelas graves em condições adversas levou ao grande aproveitamento da flora e da fauna local, aparecendo nas suas receitas as virtudes dos medicamentos vegetais encontrados na região, conhecimento adquirido graças ao contato freqüente que mantinha com os colonos e índios, a exemplo da erva-do-bicho, eficaz para o tratamento do máculo. A ipecacuanha, a raiz de mil homens, a erva orelha de onça, a jalapa, a erva de Santa Maria, a raiz do jaborandi, a raiz de butua e tantas outras estavam presentes no guia prático de Ferreira, configurado quase como um manual de medicina doméstica. Amálgama de tradições eruditas e populares, européias e locais, cristãs e pagãs, circulou no reino e na colônia, não só entre médicos, mas também entre fazendeiros e curandeiros.

Mas como ressaltamos anteriormente, este quadro vai se modificando em finais do século. Os regimentos de preços de remédios para os boticários são bons exemplos de como alguns produtos «extravagantes» vão sumindo. Enquanto no Regimento de 1758 encontramos produtos como esterco de lagarto, fel de boi, pedra bezoar, sapos, unhas de animais, víboras vivas, sangue de bode e porco, dente de cavalo marinho, bofes de raposa, crânio humano e exotismos vários, no Regimento de 1809 predominará fundamentalmente elementos do reino vegetal, representando um decréscimo do uso de substâncias relacionadas às práticas populares mágico-religiosas ³⁹.

A análise da circulação de plantas medicinais oriundas do Brasil enriqueceu sobremaneira a partir da investigação do processo de comercialização efetiva destes produtos. O abastecimento de drogas e medicamentos para as regiões mais vastas do Império português centralizava-se em Lisboa. Através do boticário da Casa Real, o Estado supria os armazéns e as armadas da Costa, Índia e Brasil, mas a partir de 1721, uma vez criado o ofício de boticário do Conselho Ultramarino, coube a ele esta atribuição. Mas esta ativi-

³⁸ *Idem*, p. 137.

³⁹ *Regimento dos preços para os boticários* feitos por mandado del Rey Nosso Senhor pelo doutor Antônio da Costa Falcan, Lisboa, 1758; *Regimento dos preços dos medicamentos simples preparados e compostos*, assim como se descrevem na farmacopéia geral do reino, feitas e mandada publicar por ordem de S. Alteza Real o p. R. Para o governo dos boticários nos estados do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

dade foi exercida também, e a pleno vapor, não só pelos boticários particulares, mas também por indivíduos especializados neste comércio – os droguistas –, e ainda pelos comerciantes que lidavam com outros negócios ⁴⁰. A intervenção de particulares neste comércio e no seu circuito comercial foi fortíssima, com droguistas e boticários de Lisboa a remeter produtos aos seus congêneres espalhados pelos quatro cantos do Império.

No século XVIII, o circuito comercial de medicamentos ampliou-se bastante com a ação dos droguistas de Lisboa. Muitos destes fornecedores eram boticários que haviam abandonado a profissão por conta de melhores lucros auferidos com o comércio e a conseqüente ascensão social que a nova atividade promovia ⁴¹.

Mencionemos alguns exemplos de comerciantes droguistas que se notabilizaram em função do grande circuito que estabeleceram entre Portugal e o Brasil. O francês João Vigier iniciou em 1677 a trajetória de sucesso da família em Portugal, importando e revendendo, de entre várias drogas, medicamentos químicos, o que se considera um fato notável face ao atraso português nesta matéria, uma vez que o reino não dispunha de tecnologia de precisão e técnicas de manipulação para preparar muitos fármacos. Vigier publicou ainda, em 1711, a *Farmacopéia Ulissiponense*, estimulando ainda mais o consumo destas mercadorias e facultando aos boticários lusitanos, em sua língua natal, conhecimentos relativos a esta manipulação. O filho, Luis Vigier, prosseguiu os negócios, mas ao falecer precocemente, deixou que o tio, Bartolomeu Vigier, herdasse os grandes contratos que lhe permitiram estabelecer-se e constituir uma enorme fortuna, avaliada em 40 mil cruzados. Contemporâneos dos Vigier, também a família Verney se notabilizou pelas mãos talentosas de Dionísio e depois de seu filho Henrique, irmão do célebre ilustrado Luis A. Verney, acumulando notável fortuna ⁴².

Dos droguistas italianos que atuaram em Lisboa, saliente-se as famílias Vallebella e Raggio como as mais importantes. Jácome Vallebella iniciou carreira como boticário em 1709 e alguns anos mais tarde, em 1735, recebeu carta de boticário da corte, exercendo já nesta época negócios de venda de medicamentos. O sucesso contínuo fê-lo trazer de Gênova o sobrinho Jerônimo, também boticário, profissão aprendida com o tio, e depois constituir, em 1755, uma sociedade com Bartolomeu e Vicente Raggio, seus sobrinhos, filhos de uma irmã. A sociedade Vallebella/Raggio, com seus negócios em Itália, Holanda e França, amealhou um largo patrimônio, tendo riquíssima botica, avaliada no ano de 1769 em 1.766.400 réis, enquanto que a do Hospital de Todos os Santos em Lisboa, o maior do Reino, era, em 1753, estimada em 1.266.360 ⁴³. Parte significativa da sua importância advinha do

⁴⁰ J. P. Sousa Dias, *Inovação técnica...cit.*, p. 188.

⁴¹ *Idem*, p. 377.

⁴² *Idem*, p. 381.

⁴³ *Idem*, p. 395.

facto de se terem constituído como grandes fornecedores de boticários e outros comerciantes de Portugal, ilhas, Rio de Janeiro, Bahia e Angola, facilitando as compras por meio de um vasto mecanismo de crédito, uma prática comum entre eles.

No inventário *post mortem* de Jerônimo Vallebella encontramos referências a negócios com vários boticários do Rio de Janeiro entre 1769 e 1773. Destes são citados nominalmente dois, talvez os mais relevantes: João Batista Feio e José Rodrigues Carvalho, que provavelmente atuavam como revendedores, tal era o volume das dívidas que tinham com o italiano droguista.

Outro boticário italiano importante foi Lourenço Scaniglia, contemporâneo do patriarca dos Vallebellla, que ganhou carta em 1727. Seu maior cliente foi a botica do Colégio jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, que teve um crédito quase ilimitado tal era o volume de negócios que fazia.

As atividades dos droguistas voltavam-se não apenas para o fornecimento de mercadorias para os boticários, mas também para a venda destas em lojas próprias. Negociavam medicamentos químicos, importados de outros lugares da Europa onde tinham negócios, e como bem observou Ribeiro Sanches,

«Costumam os droguistas não só venderem estes símplies, mas também muitos compostos, como são xaropes, electuários, sendo as triagas os principais: vendem também quase todos os remédios químicos, como saís, tinturas, espíritos, extratos, e as várias preparações do mercúrio; tiram esses remédios dos laboratórios de Itália, de Hamburgo, Holanda e Inglaterra» ⁴⁴.

Muitos deles foram familiares do Santo Ofício, e, portanto, beneficiários de isenção de impostos e detentores de outros privilégios que o cargo lhes conferiam ⁴⁵. As relações dos vendedores de drogas com os boticários eram cordiais, embora Vigier, em seu testamento, deixasse antever certa tensão, comentando que «não entregasse o inventário de sua loja a boticários, porque estes não conhecem as tintas nem quase as drogas, nem sabem comprá-las em grosso, quem sabe isso são os droguistas», aludindo ao fato de que não conheciam bem as drogas químicas ⁴⁶.

Ao contrário de Portugal, no Brasil existiam poucos droguistas residentes, predominando no comércio de medicamentos aqueles mercadores que se dedicavam à venda de vários gêneros, como Manuel da Silva Guimarães e João Rodrigues Pereira, que atuavam no Rio de Janeiro nas

⁴⁴ Cit. *Idem*, p. 402.

⁴⁵ Daniela Calainho, *Agentes da fé. Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial*, São Paulo, Edusc, 2005.

⁴⁶ José Pedro de Souza Dias, «João Vigier e a introdução da química farmacêutica em Portugal, *Farmácia portuguesa*, 43, 1987, p. 228.

últimas décadas de setecentos. Eles, como tantos outros, mantinham largos contatos com colegas de ofício em Portugal, quer comerciantes em geral, quer os especializados no comércio de medicamentos ⁴⁷.

É importante ressaltar que a praça carioca no século XVIII desempenhou papel importantíssimo no sistema mercantil imperial, na medida em que o Rio de Janeiro desempenhava um papel estratégico neste circuito depois da descoberta do ouro nas Minas. A capital fluminense transformou-se num pólo econômico significativo ao promover o abastecimento de diversos produtos para as regiões auríferas, tornando-se numa plataforma de rotas de comércio interno e porto de redistribuição de gêneros vindos do reino e de outras regiões do Império. João Fragoso, em interessante artigo, chama a atenção para os circuitos econômicos do Império português neste período, com ênfase no Rio de Janeiro, considerado como principal praça mercantil do Atlântico Sul. Inspirados pela análise deste autor, acreditamos que muitos destes droguistas e comerciantes de grosso trato que trabalhavam com plantas medicinais e remédios compostos integravam uma comunidade mercantil que negociava diretamente nos vários pontos do Império português e ainda compunham uma rede de negociantes, oriundos ou não de uma mesma família, que se articulavam por seus negócios no Brasil e em outros pontos do Império ⁴⁸. As várias listagens de remédios simples e compostos comercializadas neste circuito mercantil permitem traçar um panorama do que era efetivamente comercializado, bem como sua origem.

Convém, por fim, mencionar outro circuito comercial importante, que foi o das exportação das drogas de origem americana realizadas pelas Companhias de Comércio. A salsaparrilha, ipecacuanha, a pita, a canafístula, o óleo de copaíba, o urucú, a baunilha, as chamadas «drogas do sertão», oriundas da Amazônia, abarrotaram as frotas que chegavam a Lisboa ⁴⁹.

Laura de Mello e Souza considerou os africanos, juntamente com os indígenas e mestiços, como os grandes curandeiros do Brasil colonial, hábeis manipuladores das misturas de ervas e plantas, associadas a ritos e cultos inerentes às suas origens, aliados ainda «ao acervo europeu da cultura popular» ⁵⁰. Contrariamente a Keith Thomas, que afirma que na Inglaterra, a partir de finais do século XVII, as crenças populares e a opinião científica separaram-se, Laura de Mello e Souza vê uma indistinção neste sentido para

⁴⁷ Vera B. Marques, *Natureza em boiões...* cit., p. 190.

⁴⁸ João Fragoso, A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790/1820. In FRAGOSO, João et alli, *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁹ J. V. Serrão, *História de Portugal*, vol.6, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 226-227.

⁵⁰ Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 166.

a colónia luso-brasileira, pois ainda no século XIX estavam presentes variadas crenças médicas mágicas, uma vez que a «variedade cultural compunha um amplo sistema cognitivo em que práticas mágicas, práticas curativas e a percepção do corpo continuavam intrinsecamente ligadas»⁵¹.

⁵¹ Laura de Mello e Souza, *Curas mágicas y sexualidad em el siglo XVIII luso-brasileiro. Colóquio Entre dos Mundos: Fronteras culturales en la Europa mediterránea, América y Asia (Siglos XVI-XX)*, Sevilla, 9-11 octubre, 1995.